

## TRAJETÓRIA DO POVO KAYAPÓ

**Autor:** Paulinho Paiakã

**Data:** 1992.

Paulinho Palakan, líder Kayapo, foi agraciado com o Prêmio Global 500, da ONU, em 1990 pelo seu trabalho em defesa da floresta amazônica. Ele também recebeu o Prêmio da Sociedade Para Um Mundo Melhor, dos Estados Unidos, em 1989 e também recebeu o Prêmio de Direitos Humanos, da Fundação Bruno Kreisky, da Áustria, em 1991.

Palakan tem participado de todos os movimentos relevantes da tribo Kayapo e de outros índios do Brasil, durante as duas últimas décadas. Ele conta a situação dos Kayapo:

Nas décadas de 20 e 30, quando a tribo Kayapo entrou em contato com a sociedade brasileira, o governo já vinha estabelecendo a comercialização dos produtos da Amazônia como a borracha, o caucho, a balata, a castanha do Pará e o Pau Rosa, entre outros.

Nos anos 40 surgiu a exploração de minérios, ouro, diamantes e cassiterita na região do sul do Pará, habitada pelos Kayapo.

Na década do 50 o governo estimulou a comercialização de peles de animais como onça pintada, gato maracajá, lontra, porco quoixada, caititu, veado, macaco, jacaré, jacuipí, urubanha. Além da matança para a venda de peles, os brancos também matavam por esporte. Foi nessa época que os Kayapo aprenderam a matar os animais para vender as peles para os homens brancos.

Foi nessa época que os índios aprenderam a destruir a natureza à medida que iam adquirindo contato com os brancos. Da mesma forma eles aprenderam a comercializar a castanha e a borracha.

No final da década do 60 surgiu a exploração de madeiras de lei, uma das maiores fontes de riqueza depois do ouro.

Junto com a exploração da mão de obra dos índios para exercerem estas atividades, aconteceram também a invasão das terras indígenas pelos madeireiros, garimpeiros, gatereiros, e fazendeiros. Foi quando os índios deslocaram-se de suas aldeias para expulsar os invasores com o auxílio da Funai e passaram a lutar pela demarcação do seu território.

Nos anos 80 os índios prepararam-se com garimpos ativados pelos brancos em suas terras. Então, os grupos indígenas uniram-se para expulsá-los, mas sem muito sucesso, uma vez que os garimpos surgiam nos mais diferentes locais e em número elevado.

Nesta mesma época o governo autorizou grupos de pesquisa a realizar prospecção do minério e também para estudar o potencial hidráulico dos rios para a construção de barragens.

P. Palakan  
1

Foi nessa época que o governo brasileiro, desrespeitando o Estatuto do Índio (Lei 6.001) implantou um garimpo na área dos Kayapo (Garimpo Cumaru) para extrair ouro, sem ao menos consultar as lideranças indígenas e suas comunidades. Este projeto contou com a participação da Caixa Econômica Federal, do DNPM, Suci, Polícia Federal e Militar, e a Cobal, entre outros.

Sómente depois de muitas reivindicações e que os índios passaram a receber uma pequena compensação do 0,1% do ouro extraído das suas terras.

Este projeto durou cinco anos, mas devido ao baixo valor da taxa paga aos índios e depois com a interrupção do pagamento, os índios decidiram ocupar o garimpo reivindicando os seus direitos.

Apesar do fechamento do garimpo, o governo federal continuou tentando negociar com os Kayapo a continuidade da extração de ouro. Mas a exigência dos líderes Kayapo foi, antes de qualquer negociação, que o governo demarcasse a reserva Kayapo. Então, tendo em vista o interesse de prosseguir com a exploração do ouro o governo decretou a demarcação da reserva Kayapo, com 3,3 milhões de hectares, que reconhecia como propriedade dos índios, o Garimpo Cumaru.

Com o início dos trabalhos de demarcação realizados pelo Exército, um general promovou uma solenidade em que os garimpelros estavam autorizados a reiniciar o trabalho no garimpo com a autorização dos índios.

Com o retorno dos garimpelros, novamente os líderes Kayapo foram a Brasília para exigir o pagamento de um percentual de 10% do ouro extraído, mas o Governo só concedeu 5%.

Com a reativação do garimpo só voltaram a atuar no garimpo a Caixa Econômica Federal, a Polícia Federal e a Sucam. Depois de alguns meses estes órgãos se retiraram, deixando os índios tomar conta do garimpo sem qualquer orientação do governo, como por exemplo, cuidados para evitar a poluição do rio pelo mercúrio, transmissão de doenças como a malária, o uso de drogas pelos garimpelros, o uso indiscriminado de armas aumentando a violência.

Com isto os índios ficaram sem condições de fiscalizar o controle não só o garimpo Cumaru, como também outros garimpos: Maria Bonita e Cumaruzinho no rio Ponte e os garimpos Filomeno e Batista no rio Branco.

Ate os dias de hoje os índios continuam sem orientação e ajuda do governo para proceder uma exploração de ouro com um mínimo de racionalidade que permita aos índios um maior rendimento possível da atividade, aplicação dos recursos na saúde, educação e melhoria das condições de vida dos índios, bem como o controle da poluição dos rios, e da transmissão de doenças e a preservação dos seus recursos naturais.

Com tudo que isso que nasceu na terra dos índios por iniciativa do governo e da sociedade brasileira os índios e suas riquezas naturais só tiveram projeto e não continua até hoje: falta de escolas para as crianças, falta de assistência médica e falta de recursos para os Kayapo promoverem o seu desenvolvimento.

#### HISTÓRIA DA EXPLORAÇÃO DA MADEIRA:

Em 1982 a Funai já sabendo que não teria recursos para prestar assistência às comunidades Kayapo, promovou com a permissão dos índios uma licitação convocando empresas madeireiras para explorarem a madeira dentro da reserva indígena Kayapo, em troca da construção de uma estrada ligando Tucumã à aldeia Kikretum e outra estrada ligando a aldeia Gorotire à cidade de Redenção. Em troca da abertura destas duas estradas foram retirados aproximadamente 30.000 metros cúbicos de mogno.

Aproveitando o precedente aberto pela iniciativa da Funai, as madeireiras tiveram livre entrada nas aldeias indígenas e começaram a dar presentes para os índios (bolacha, Coca-cola, caramelos, tabaco, sandálias) com o objetivo de continuarem explorando madeira. Nos anos seguintes foram retiradas milhares de árvores de mogno sem qualquer controlo da Funai e nem respeitar o Código Florestal.

Só a partir de 1989 é que o governo começou a se preocupar com a legislação que proíbe a corte de madeira sem o devido reflorestamento aprovado e fiscalizado pelo governo.

Interessados em cativar os índios para eles acitarem a continuação da exploração descontrolada de mogno, as madeireiras de Redenção, São Félix do Xingu e até de Belém, aplicaram táticas desonesta e inescrupulosas, como por exemplo corromper os líderes indígenas dando-lhes casas mobiliadas e carros do último tipo para eles morarem na cidade. Também construiram casas de alvenaria nas aldeias, destruindo o estilo tradicional das aldeias Kayapo. Foram antenas parabólicas e televisores para os índios, geladeiras, gravadores, etc..

Com o dinheiro tanto da madeira como do ouro, a Funai e os madeireiros incentivaram os líderes das aldeias mais ricas como o Gorotire e Kikretum a prestarem assistência às aldeias que não tinham nenhuma ajuda da Funai. Com isto, estas duas aldeias ajudaram as aldeias Kokraimoro, Baú, A-Ukre, Pukanu, Kubenkokre e Cateté com transporte de índios doentes para os hospitais, com a compra de medicamentos e o pagamento de atendentes de enfermagem e professores, entre outros tipos de ajuda.

Com esta atuação, as madeireiras foram vencendo a resistência das aldeias mais pobres em preservarem sua riqueza de mogno. Com o passar do tempo estas aldeias também se intrometeram em vender madeira de forma descontrolada, chegando à situação atual em que não existe praticamente nenhuma aldeia Kayapo sem vender madeira ou ouro.

No bojo desta luta histórica, os Kayapo não deixaram de lutar pela preservação da Amazônia e pelo reconhecimento dos direitos dos índios.

Tiveram participação decisiva na Assembleia Constituinte e obtiveram o reconhecimento da soberania e do Estado brasileiro aos costumes, língua, tradições e a posse das terras dos índios.

Realizaram em 1989 o Encontro de Altamira que teve como vitória a interrupção dos projetos de barragem em áreas indígenas.

Foram à sede do Banco Mundial denunciar o governo brasileiro e pedir a interrupção dos projetos de construção de estradas que iriam destruir a floresta e os povos da Amazônia.

Lutaram contra o armazenamento de lixo atômico em terras dos Kayapo.

Líderes Kayapo viajaram por vários continentes pedindo apoio para sua luta em defesa das suas terras e da sua cultura.

Com isto os Kayapo ajudaram a sensibilizar a opinião pública internacional a pressionar o governo brasileiro a tomar uma atitude em defesa da Amazônia e dos índios.

Pressionado pela opinião pública internacional e a proximidade da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, promovida pela ONU, o governo decidiu agitar parar com a exploração de ouro e madeira nas terras dos Kayapo, mas sem oferecer uma alternativa que assegure assistência médica, educacional e de desenvolvimento econômico para os índios.

Dianto desta nova realidade, os Kayapo convocaram o presidente da Funai e representantes do IBAMA, Ministério Público, DNPM, entre outros, para discutirem de 18 a 20 de Fevereiro, 1992, alternativas para desenvolvimento econômico da Amazônia, que não acarrete a destruição da floresta.

Semando esforços com todos aqueles que já trabalham com este objetivo, os Kayapo têm condições de produzir, entre outros produtos: folhas do Jaborandi, óleo do Andiroba e Copaíba para indústria farmacêutica, óleo de castanha para alimentação e indústria de cosméticos, castanha in natura para sorvetes e um bom número de raízes, ervas, flores e frutos cujo potencial precisa ser melhor estudado.

Rodonéu-Pará-Brasil, 25 de Fevereiro de 1992.



A  
Paulinho Paiakan